

# ESTATUTO ÚNICO

## Adoptado pelas Colectividades Columbófilas do País

### CAPÍTULO I

#### Da denominação, sede e fins

##### Artigo 1.º

A colectividade Sociedade Columbófila " Asas Redondenses ", fundada em 19 de Agosto de 1960, tem a sua sede, presentemente, na Rua do Matadouro , 14 , Freguesia e Concelho de Redondo.

##### Art.º 2.º

Os fins da colectividade são:

- 1.º – Desenvolver a cultura dos pombos-correio e fazer a sua propaganda;
- 2.º – Organizar treinos, concursos, exposições e conferências;
- 3.º – Conferir prémios aos associados melhor classificados.

§ único – Manter inalteráveis os fins para que esta colectividade foi fundada, cuja finalidade é o exercício do desporto columbófilo.

### CAPÍTULO II

#### Dos sócios – sua admissão e readmissão

##### Art.º 3.º

Podem ser admitidos como sócios desta colectividade indivíduos de ambos os sexos com mais de 12 anos.

A sua admissão é da competência da Direcção.

- 1.º – Os menores e os do sexo feminino só podem ser admitidos como sócios mediante autorização de seus pais, maridos ou tutores.

(Esta norma encontra-se parcialmente revogada, por força da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976, que consagrou expressamente o princípio da igualdade entre homens e mulheres. Tal princípio originou ainda a revisão de 1977 do Código Civil, que veio expressamente abolir a *capitis diminutio* até então reconhecida à mulher casada. Assim, as mulheres, maiores ou emancipadas, não necessitam de qualquer autorização para serem admitidas como sócias).

2.º – Não podem ser admitidos como sócios os indivíduos conhecidos como perturbadores ou de mau comportamento em colectividades congéneres e delas expulsos, ou ainda aqueles que a direcção julgue que da sua admissão podem resultar prejuízos morais ou materiais para a colectividade.

3.º – A inscrição de sócios é feita sob proposta de um associado no gozo dos seus direitos, em impressos fornecidos pela colectividade, acompanhada de duas fotografias e da quantia relativa à primeira quota, cartão de identidade, um exemplar da lei de protecção ao pombo-correio.

#### Art.º 4.º

Haverá as seguintes categorias de sócios:

- a) - Efectivos
- b) - De Mérito
- c) - Beneméritos
- d) - Honorários
- e) - Auxiliares

#### Art.º 5.º

São sócios Efectivos:

Os cidadãos portugueses, amadores do desporto columbófilo, legalmente inscritos, que contribuam para o cofre social com todos os encargos estabelecidos e que gozem de todos os direitos associativos.

§ único – Os cidadãos estrangeiros podem também ser inscritos sócios desde que satisfaçam as condições impostas pelo § 2.º do Art.º 4.º Decreto – Lei N.º 36.767.

(A norma contida neste parágrafo encontra-se revogada, por força da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976. Nos termos do art.º 15.º, n.º 1, da CRP, “os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português. Assim, a norma única deste artigo deveria ter a seguinte redacção: “os cidadãos portugueses ou estrangeiros com residência em Portugal, amadores do desporto columbófilo, legalmente inscritos, que contribuam para o cofre social com todos os encargos estabelecidos e que gozem de todos os direitos associativos”).

#### Art.º 6.º

##### São Sócios de Mérito:

Os indivíduos que tenham sido distinguidos pela colectividade pelo seu merecimento e tenham desde longa data, contribuído com a sua dedicação e esforço a bem do desporto columbófilo.

#### Art.º 7.º

##### São Sócios Beneméritos:

Os indivíduos ou organismos que prestem notórios serviços à colectividade ou contribuam para a mesma com qualquer quantia nunca inferior a mil escudos.

#### Art.º 8.º

##### São Sócios Honorários:

Os indivíduos ou organismos nacionais ou estrangeiros que tenham prestado relevantes serviços à colectividade.

#### Art.º 9.º

##### São Sócios Auxiliares:

Os indivíduos de ambos os sexos, maiores, nacionais ou estrangeiros, que sejam propostos por um sócio efectivo.

### CAPÍTULO III

#### Dos deveres dos sócios

#### Art.º 10.º

##### Cumpra aos sócios efectivos:

- 1.º – Contribuir adiantadamente para o cofre social com quota mensal aprovada em Assembleia – Geral, por proposta da Direcção;
- 2.º – Pagar as quantias fixadas pela Direcção para o Cartão de Identidade, Estatuto, Regulamentos, Lei de Protecção ao Pombo-correio e quota Federativa;

- 3.º – Observar fielmente os Estatutos e Regulamentos, quer internos, quer os dimanados das instâncias superiores;
- 4.º – Zelar os interesses da colectividade e promover o seu engrandecimento;
- 5.º – Participar por escrito à Direcção a sua mudança de residência;
- 6.º – Prestar todos os esclarecimentos que, pelos corpos gerentes, sejam pedidos;
- 7.º – Comunicar à Direcção, dando todos os esclarecimentos e no prazo de cinco dias, a existência nos seus pombais de qualquer pombo estranho aos mesmos, desde que se trate de pombos-correio devidamente anilhados (Art.º 9.º do Decreto – Lei N.º 36.767).
- 8.º – Permitir prontamente, ainda que sem aviso prévio, a entrada nos seus pombais a qualquer membro dos Corpos Gerentes, ou delegados da Associação Columbófila regional ou Federação, desde que se achem munidos dos respectivos cartões credenciais;
- 9.º – Abster-se em absoluto de fazer propaganda política ou religiosa dentro da colectividade;
- 10.º – Comparecer nas reuniões da Assembleia Geral para que seja convocado;
- 11.º – Desempenhar gratuitamente e com zelo os cargos para que for nomeado;
- 12.º – Cumprir com o determinado no § 3.º do Art.º 16.º do Decreto – Lei N.º 36.767;
- 13.º – Acatar as determinações do Conselho Técnico, em conformidade com Art.º 54.º;
- 14.º – Possuir pombal segundo as regras prescritas e conservá-lo em perfeitas condições de higiene;
- 15.º – Apresentar, até 5 de Janeiro de cada ano, uma relação (recenseamento) referida a 31 de Dezembro anterior, indicando os números das anilhas oficiais dos pombos que possui, discriminando cores e sexos. Essa relação será feita em impresso de modelo adoptado pela F.P.C., tendo-se em atenção que os números das anilhas serão indicados por ordem numérica, devendo esses impressos ser integralmente preenchidos.

#### Art.º 11.º

Cumpro aos sócios Auxiliares:

- 1.º – Pagar a quota que for estabelecida pela Direcção e que será satisfeita em prestações semestrais adiantamento;
- 2.º – Pagar no acto de inscrição as importâncias fixadas pela Direcção para os estatutos e cartão de identidade;
- 3.º – Abster-se por completo de **discussões políticas ou religiosas** dentro da sede social;  
(Com a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976, a todos os cidadãos é garantida a liberdade de expressão, não sendo possível por qualquer meio, impedir outrem de livremente expressar as suas opiniões. Pode, no entanto, impedir-se, à semelhança do estipulado para os sócios efectivos, a utilização da sede social da colectividade para propaganda política ou religiosa. Assim, a norma poderá ter a seguinte redacção: **“abster-se por completo de fazer propaganda política ou religiosa dentro da sede social”**).
- 4.º – Acatar e cumprir as determinações da Direcção, devendo o máximo respeito aos seus membros no exercício das suas funções.

## CAPÍTULO IV

### Das regalias dos sócios

#### Art.º 12.º

Todos os sócios efectivos, 6 meses depois da sua admissão e tendo satisfeito o preceituado nos n.ºs. 1.º e 2.º do Art.º 10.º, estão no pleno gozo dos seus direitos, podendo usar das regalias seguintes:

1.º – Fazer parte da Assembleia Geral, sendo maior segundo a Lei civil;

2.º – Votar e ser votado para todos os cargos da colectividade, desde que não seja estrangeiro;

(A norma contida neste parágrafo encontra-se parcialmente revogada, por força da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976. Nos termos do art.º 15.º, n.º 1, da CRP, “os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português”, com excepção apenas dos direitos políticos. Assim, não se tratando a votação ou eleição para cargos da colectividade de direitos políticos, mas de direitos meramente associativos e cívicos, não pode ser negado aos estrangeiros este direito).

3.º – Examinar os livros da escrituração sempre que estejam patentes para esse fim, ou quando requeridos à Direcção;

4.º – Reclamar, por escrito, perante a Direcção, sempre que se julgue lesado nos seus direitos associativos;

5.º – Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos do n.º 5.º do Art.º 30.º;

6.º – Os sócios que não souberem ler, nem escrever, não poderão fazer parte dos Corpos Gerentes, nem exercer funções de fiscal delegado nos dias de prova;

7.º – Os sócios que façam parte dos Corpos Gerentes de outras colectividades congéneres não poderão desempenhar qualquer cargo nesta colectividade;

8.º – Os sócios que não tenham seis meses de inscritos, mas que desejam enviar os pombos a treinos e bem assim fazer a sua inscrição em provas, só tem direito a tal desde que paguem uma Taxa de Concursos, cuja importância será estabelecida pela Direcção.

#### Art.º 13.º

Os sócios auxiliares têm direito a:

1.º – Frequentar a sede social, fazer uso da sala de divertimentos, de leitura e biblioteca, sujeitando-se aos seus regulamentos;

2.º – Assistir às festas, exposições, conferências, etc.

## CAPÍTULO V

### Da disciplina e penalidades

Todo este capítulo se encontra revogado pela entrada em vigor do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Columbofilia, que regulamenta o processo disciplinar e as sanções aplicáveis. O Estatuto poderá conter uma norma meramente informativa com a seguinte redacção: “**O poder disciplinar relativamente aos sócios e outras entidades encontra-se regulado pelo Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Columbofilia**”.

#### Art.º 14.º

Será suspenso, temporariamente, do gozo dos seus direitos:

- 1.º – O sócio que deixe de cumprir com o estabelecido no n.º 1.º do Art.º 10.º;
- 2.º – O sócio que, por qualquer motivo imprevisto, a Direcção julgue necessário suspender;
- 3.º – O sócio que deixe de observar a doutrina do n.º 14.º do Art.º 10.º;

#### Art.º 15.º

Incorre na pena de demissão:

- 1.º – O sócio que, trinta dias depois de avisado pela Direcção, não satisfaça os débitos a que se referem os n.ºs. 1.º e 2.º do Art.º 10.º, salvo se for por motivo justificado;
- 2.º – O sócio que tenha ocultado o seu verdadeiro nome, a quando da sua admissão;
- 3.º – O sócio que caluniar ou disser mal da colectividade ou dos seus Corpos Gerentes;
- 4.º – O sócio que, por qualquer forma, prejudique a colectividade;
- 5.º – O sócio que deixar de observar a doutrina do n.º 7.º do Art.º 10.º;
- 6.º – O sócio que, pelo seu irregular comportamento, se torne indigno de pertencer à colectividade;
- 7.º – O sócio abrangido pela doutrina do Art.º 54.º;
- 8.º – O sócio que continue a provocar desacatos ou a alterar a ordem nas reuniões da Assembleia Geral, depois de ter sido três vezes advertido pelo respectivo Presidente;
- 9.º – O sócio que com manifesta má fé e prejuízo para a sua colectividade, faça convites a consócios para se filiarem de preferência noutras agremiações;
- 10.º – O sócio que se utilizar de pombos que lhe não pertençam e os inscreva em treinos, concursos ou exposições.

#### Art.º 16.º

O julgamento dos actos de disciplina são da competência da Direcção, Associação Columbófila regional e Federação Portuguesa de Columbofilia, consoante a gravidade dos delitos praticados.

#### Art.º 17.º

São da competência da Direcção:

As penalidades constantes dos n.ºs 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, e 10.º do Art.º 15.º.

§ único – Para que a Associação Columbófila regional aplique as penalidades da sua competência, a Direcção deverá instaurar o respectivo processo, inquirindo as testemunhas, quando as houver, e ouvindo sempre o sócio incriminado. Esse processo, contendo o parecer da Direcção, será enviado, seguidamente, à Associação para julgamento.

#### Art.º 18.º

Os sócios incurso no n.º 1.º do Art.º 15.º e bem assim os que, voluntariamente, tenham saído da colectividade, podem ser readmitidos desde que paguem todos os seus encargos em atraso. Aqueles a quem tenham sido aplicadas as penalidades constantes dos n.ºs 2.º a 10.º do Art.º 15.º, ficam, para sempre, inibidos de pertencer à colectividade.

#### Art.º 19.º

Os sócios incurso nos n.ºs 3.º a 10.º do Art.º 15.º podem recorrer para a Federação Portuguesa de Columbofilia da decisão da Associação Columbófila regional.

#### Art.º 20.º

Nos casos em que a gravidade do delito implique a irradiação do sócio incriminado, esta pena só poderá ser imposta pela Direcção Geral dos Desportos, por proposta fundamentada da Federação Portuguesa de Columbofilia.

§ único – O sócio irradiado não poderá inscrever-se em qualquer outra colectividade, porque fica privado de ser columbófilo.

#### Art.º 21.º

Incorre na pena de suspensão o sócio auxiliar que deixe de observar a doutrina do Art.º 11.º.

#### Art.º 22.º

Incorre na pena de demissão o sócio auxiliar:

- 1.º – Que, pelo seu irregular comportamento, se torne indigno de pertencer à colectividade;
- 2.º – Que cause qualquer prejuízo e se recuse a pagar a respectiva indemnização;
- 3.º – Que, no acto da admissão, tenha prestado falsas informações;
- 4.º – Que incorra noutra qualquer penalidade atribuída aos sócios efectivos.

§ único – É da exclusiva competência da Direcção o cumprimento do presente artigo, não assistindo aos sócios o direito de qualquer recurso.

#### Art.º 23.º

Aos sócios auxiliares é vedado por completo o direito de eleger ou ser eleito, ser nomeado para qualquer cargo, tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir ou censurar os actos dos Corpos Gerentes e enviar pombos a concurso.

### CAPÍTULO VI

#### Da Assembleia Geral

#### Art.º 24.º

A Assembleia Geral é constituída pela reunião dos sócios maiores segundo a lei civil, no pleno gozo dos seus direitos e reúne por convocação da respectiva mesa ou quando os interesses superiores o aconselharem, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal.

§ único - A Assembleia Geral poderá reunir-se também quando 1/5 dos seus associados o requeiram, indicando o fim para que solicitam a convocação.

#### Art.º 25.º

A Assembleia Geral funcionará com  $\frac{1}{2}$  (a) dos seus sócios e se este número não estiver presente, à hora indicada na convocação, funcionará uma hora depois com qualquer número.

#### Art.º 26.º

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, vice-presidente e dois secretários, os quais serão eleitos em Assembleia.

#### Art.º 27.º

A convocação da Assembleia será feita por avisos directos com a antecedência mínima de oito dias, indicando-se no aviso o dia, a hora e o local da reunião e a ordem dos trabalhos.

#### Art.º 28.º



A Assembleia Geral só poderá resolver sobre o assunto que originou a sua convocação.

#### Art.º 29.º

A Assembleia Geral reunirá ordinariamente no mês de Setembro de cada ano (b) para a apreciação e votação do relatório e contas e parecer do Conselho Fiscal e bienalmente para a eleição dos novos Corpos Gerentes.

§ único – Em caso de reconhecida necessidade na antecipação da eleição dos Corpos Gerentes, o que dependerá de autorização superior, estes só desempenharão funções que lhes sejam especialmente determinadas, mas a sua posse só se verificará dentro do prazo estabelecido no n.º 2.º do Art.º 33.º.

#### Art.º 30.º

A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:

- 1.º – Por iniciativa da Direcção;
- 2.º – A requerimento do Conselho Fiscal;
- 3.º – Quando houver demissão colectiva dos Corpos Gerentes ou a Direcção estiver em minoria, por afastamento de alguns dos seus membros;
- 4.º – Quando se dê a circunstância prevista no § único do Art.º 29.º;
- 5.º – A requerimento de 1/5 dos sócios no pleno gozo dos seus direitos, devendo indicar o assunto a tratar e depositar na Tesouraria a importância necessária para as despesas da respectiva convocação;
- 6.º – Quando a Assembleia Geral tiver sido convocada nos termos do número anterior, só poderá funcionar achando-se presente a maioria dos sócios que a requererão;
- 7.º – A falta de comparência da maioria dos requerentes ou ainda o facto de a Assembleia Geral julgar o recurso de efeitos nulos, implica a perda do depósito a que se refere o n.º 5.º.

#### Art.º 31.º

Antes da ordem dos trabalhos nas Assembleias Gerais ordinárias será concedida a palavra, durante meia hora, para discussão de qualquer assunto estranho ao anunciado, não podendo, contudo, ser tomada sobre ele qualquer deliberação.

#### Art.º 32.º

Compete à Assembleia Geral:

- 1.º – Eleger os Corpos Gerentes (Mesa de Assembleia Geral, Direcção, Conselho Fiscal e Conselho Técnico);

- 2.º – Discutir, aprovar ou modificar os Estatutos em conformidade com o Art.º 60.º;
- 3.º – Conferir os títulos de sócios de Mérito, Beneméritos e Honorários em conformidade com os Art.º 7.º e 8.º;
- 4.º – Resolver os casos confusos ou não previstos nestes Estatutos, de acordo com as disposições legais.

#### Art.º 33.º

São atribuições da Mesa da Assembleia Geral:

- 1.º – Presidir às respectivas reuniões, registando no seu livro de actas todas as deliberações tomadas;
- 2.º – Dar posse aos novos eleitos, dentro do prazo de oito dias após a publicação da lista respectiva no Diário do Governo, lavrando as actas que ao facto digam respeito.

#### Art.º 34.º

Compete ao Presidente da Assembleia Geral e, no seu impedimento, ao Vice-Presidente, presidir à reunião conjunta dos Corpos Gerentes, que tem como atribuições a eleição de um dos seus componentes para representar a colectividade nas Assembleias Gerais das Associações Columbófilas regionais.

§ único – Esse delegado, a quem será passada a respectiva credencial, é eleito na altura em que as Associações convocam as suas Assembleias, cessando as suas atribuições após o encerramento dos trabalhos destas. Na credencial, passada a esse delegado deve constar que ele é componente dos Corpos Gerentes e vai possuído de todos os poderes para desempenhar as suas funções de representante da colectividade.

### CAPÍTULO VII

#### Da Direcção

#### Art.º 35.º

A Direcção, onde reside toda a autoridade administrativa, será composta por:

- Presidente;
- Secretário Geral;
- Tesoureiro;
- 1.º Vogal;
- 2.º Vogal.

## Art.º 36.º

São atribuições da Direcção, constituindo, portanto, seus deveres:

- 1.º – Dirigir, administrar e zelar os interesses sociais;
- 2.º – Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, regulamentos e as resoluções da Assembleia Geral;
- 3.º – Convocar a Assembleia Geral, sempre que lhe seja requerido ou o julgue necessário;
- 4.º – Admitir os candidatos a sócios que estejam nas condições dos Estatutos e recusar a admissão daqueles que as não satisfaçam;
- 5.º – Admitir e despedir os empregados, fixando os seus ordenados;
- 6.º – Suspender os sócios a que se referem os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º do Art.º 14.º;

7.º – Demitir os sócios abrangidos pelos n.ºs 1.º e 2.º do Art.º 15.º e propor à Associação Columbófila Regional a demissão dos incursos nos n.ºs 3.º a 10.º do mesmo artigo;

(Esta norma encontra-se revogada por força da entrada em vigor do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Columbofilia).

8.º – Comunicar à Associação da sua área, dentro do prazo de cinco dias imediatamente a seguir à sessão em que o castigo for aplicado, no caso de suspensão ou demissão de qualquer sócio;

(Esta norma encontra-se revogada por força da entrada em vigor do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Columbofilia).

9.º – Patentear aos sócios a escrituração e mais documentos, de harmonia com o n.º 3.º do Art.º 12.º;

10.º – Expor na Sede social um balancete trimestral e apresentar à Assembleia Geral ordinária de Janeiro o relatório e contas da sua gerência, depois de o sujeitar à apreciação do Conselho Fiscal;

11.º – Combinar, entre si, a forma de, em todos os dias úteis, comparecer na Sede social um dos seus membros, em horas previamente fixadas;

12.º – Comunicar, a quem de direito, a existência de pombos-correio extraviados, em cumprimento do parágrafo 1.º do Art.º 9.º do Decreto n.º 36.767;

13.º – Propor à Assembleia Geral os títulos de sócios de Mérito, Beneméritos e Honorários, em conformidade com os Art.º 6.º, 7.º e 8.º;

14.º – Facultar ao Conselho Fiscal todos os elementos que o mesmo exija;

15.º – Resolver, provisoriamente, nos casos em que os Estatutos e Regulamentos forem omissos ou duvidosos;

16.º – Depositar na Caixa Geral de Depósitos todos os fundos da colectividade, não podendo ficar em poder do Tesoureiro quantia superior a 2.000\$00;

(Esta norma encontra-se revogada na parte a que alude à Caixa Geral de Depósitos, tendo cessado a obrigatoriedade de ser esta a instituição bancária obrigatória. Assim, a norma poderá ter a seguinte redacção: “**Depositar numa instituição bancária todos os fundos...**”).

17.º – Representar pelo seu Presidente, ou por delegado seu, a colectividade em juízo ou fora dele, não podendo, porém, obrigar a colectividade por contratos, sem que esteja especialmente autorizada pela Assembleia Geral;

18.º – Promover por todos os meios ao seu alcance a prosperidade e bom nome da colectividade;

19.º – Intervir, quando tenha conhecimento da prática de qualquer infracção prevista pelo Decreto – lei n.º 36.767, de 26 de Fevereiro de 1948, conforme o disposto no Art.º 2.º do Decreto – lei n.º 37.767, de 5 de Julho de 1949;

20.º – Fornecer unicamente aos seus associados anilhas oficiais, respeitando-se assim o disposto no Art.º 9.º do Decreto – lei n.º 37.469 que expressamente proíbe o seu fornecimento a indivíduos que não sejam sócios da colectividade.

#### Art.º 37.º

A Direcção é responsável colectivamente pelos seus actos e resoluções, e os seus membros são responsáveis individualmente pelos actos praticados no exercício das funções que lhe tenham sido cometidas.

§ único – Cessará toda e qualquer responsabilidade, quer pessoal, quer colectiva, desde que a Assembleia Geral sancione os actos ou resoluções imputáveis.

#### Art.º 38.º

Compete ao Presidente da Direcção:

- 1.º – Abrir e encerrar as sessões, ordenar a sua convocação e dirigir todos os trabalhos administrativos;
- 2.º – Inspeccionar, com frequência, os livros da colectividade;
- 3.º – Assinar os termos de abertura e de encerramento dos livros de actas da Direcção e rubricar as folhas dos mesmos;
- 4.º – Pôr o seu visto em todos os documentos de despesa e assinar os balancetes;
- 5.º – Assinar, conjuntamente com o Tesoureiro, os cheques de levantamento de dinheiro dos estabelecimentos bancários;
- 6.º – Dar o voto de qualidade, sempre que se verifiquem empates na votação.

#### Art.º 39.º

Compete ao Secretário Geral:

- 1.º – Substituir o Presidente nos seus impedimentos;
- 2.º – Lavrar as actas da Direcção;
- 3.º – Todo o serviço de secretaria;
- 4.º – Indicar ao escriturário, quando o haja, a forma de responder à correspondência que, pela sua forma ou pouca importância, dispense a sanção de todos os membros;
- 5.º – Entregar ao Tesoureiro, no mais curto espaço de tempo, as importâncias recebidas, mediante recibos devidamente assinados;
- 6.º – Receber do Tesoureiro, mediante recibo ou requisição devidamente assinados, as importâncias necessárias aos pagamentos que tenham de ser feitos pela secretaria, devendo os recibos ou requisições terem o visto do Presidente em exercício.

#### Art.º 40.º

Compete ao Tesoureiro:

1.º – Aconselhar os restantes membros da Direcção nas suas resoluções, quando estas representam qualquer encargo material para a colectividade;

2.º – Arrecadar as receitas e satisfazer as despesas mediante recibos ou requisições, tendo em atenção o preceituado no n.º 6.º do Art.º 39.º.

#### Art.º 41.º

Compete ao 1.º Vogal:

1.º – Auxiliar o Secretário – Geral;

2.º – Substituir o Tesoureiro nos seus impedimentos.

#### Art.º 42.º

Compete ao 2.º Vogal:

1.º – Auxiliar o Tesoureiro nos seus trabalhos;

2.º – Substituir o Tesoureiro nos seus impedimentos.

#### Art.º 43.º

A Direcção reunirá ordinariamente duas vezes cada mês pelo menos, em dias previamente fixados, dos quais dará conhecimento ao Conselho Fiscal, e extraordinariamente, todas as vezes que a urgência dos assuntos a tratar assim o reclame.

#### Art.º 44.º

As reuniões extraordinárias realizar-se-ão a pedido do Presidente, por iniciativa própria, ou quando sejam solicitadas pela maioria dos membros.

§ único – Os membros da Direcção que não justificarem três faltas sucessivas às reuniões serão demitidos dos seus cargos e substituídos, depois de autorização superior.

#### Art.º 45.º

A responsabilidade da Direcção termina seis meses depois de a Assembleia Geral ter julgado e aprovado os actos da sua gerência, salvo se se provar que nos balanços e contas houve indicações falsas, tendentes a dissimular o verdadeiro estado da colectividade.

## Capítulo VIII

### Do Conselho Fiscal

#### Art.º 46.º

O Conselho Fiscal será composto por três membros eleitos na Assembleia Geral ordinária a que se refere o n.º 1.º do Art.º 32.º, que entre si escolherão:

- a) – Presidente
- b) – Secretário
- c) – Relator

#### Art.º 47.º

Compete ao Conselho Fiscal:

- 1.º – Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrituração da colectividade;
- 2.º – Elaborar um relatório, dando o seu parecer sobre as contas e actos administrativos da Direcção;
- 3.º – Recomendar ou requerer a convocação da Assembleia Geral, sempre que o julgue necessário;
- 4.º – Sancionar as despesas extraordinárias a que se refere o n.º 4.º do Art.º 57.º ou recusá-las, indicando sempre, de forma bem clara, as razões em que fundamenta a recusa;
- 5.º – Observar se as disposições dos Estatutos são respeitados pela Direcção;
- 6.º – Assistir às reuniões da Direcção sempre que o julgue conveniente ou quando a mesma o requeira, sem, no entanto, ter direito a voto deliberativo.

#### Art.º 48.º

O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente sempre que se julgue necessário.

§ único – De todas as reuniões efectuadas serão lavradas actas devidamente assinadas, e a responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal cessa pela forma indicada no Art.º 45.º.

## Capítulo IX

### Do Conselho Técnico

#### Art.º 49.º

O Conselho Técnico será composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral ordinária a que se refere o n.º 1.º do Art.º 32.º, que entre si escolherão:

- a) – Presidente
- b) – Secretário
- c) – Vogal

#### Art.º 50.º

São atribuições do Conselho Técnico constituindo, portanto, os seus deveres:

- 1.º – Organizar treinos, concursos, exposições e tudo quanto possa ser útil ao desenvolvimento do desporto columbófilo, elaborando os respectivos regulamentos e calendários;
- 2.º – Não admitir a concurso ou exposições pombos-correio que não estejam devidamente anilhados com a anilha oficial ou desde que esta acuse vestígios de ter sofrido qualquer violação;
- 3.º – Impedir que os pombos portadores de anilha de rebite tomem parte em provas de voo ou exposições (§ único do Art.º 14.º do Decreto n.º 36.767).
- 4.º – Recusar qualquer pombo que, por motivo de doença, não possa ser incluído com os demais, evitando assim o contágio;
- 5.º – Proceder à classificação dos pombos participantes nas provas e atribuir-lhes os prémios a disputar;
- 6.º – Anular as classificações dos pombos que tenham sido inscritos nas provas e que se verifique não se encontrarem devidamente recenseados em nome do sócio concorrente;
- 7.º – Elaborar um relatório sobre a sua gerência anual, dele se fazendo constar toda a actividade desportiva respeitante à campanha finda.

#### Art.º 51.º

O Conselho Técnico pode agregar a si o número de sócios que julgar indispensável, de acordo com a Direcção, para o bom desempenho da sua missão e bem assim nomear os delegados às soltas.

#### Art.º 52.º

Independentemente dos agregados, a que se refere o artigo anterior, cumpre a todos os membros da Direcção prestar o seu auxílio, em tudo quanto seja necessário para o bom desempenho da sua missão.

#### Art.º 53.º

Todas as deliberações do Conselho Técnico, que impliquem despesas, só serão consideradas aprovadas depois de submetidas à apreciação da Direcção e por esta sancionadas.

## Art.º 54.º

A falta de observância às determinações do Conselho Técnico ocasionará aos sócios concorrentes a sua desclassificação ou qualquer outra penalidade que poderá ir até à demissão.

§ único – As penalidades impostas pelo Conselho Técnico serão sempre comunicadas à Direcção, para que esta, caso a gravidade do delito implique demissão do sócio incriminado, proceda conforme o disposto no § único do Art.º 17.º.

(Esta norma encontra-se revogada, por força da entrada em vigor do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Columbofilia e pelo Regulamento Desportivo Nacional da Federação Portuguesa de Columbofilia).

## Capítulo X

### Dos valores, receitas e despesas

## Art.º 55.º

Os valores da colectividade podem ser constituídos por:

- 1.º – Bens móveis ou imóveis;
- 2.º – Valores em depósito ou títulos de crédito;
- 3.º – Prémios de carácter permanente;
- 4.º – Fundos especiais que venham a ser criados por determinação da Assembleia Geral, com finalidade concretamente determinada.

## Art.º 56.º

As receitas serão constituídas:

- 1.º – Quotização dos sócios efectivos e auxiliares;
- 2.º – Percentagem na venda das anilhas oficiais atribuídas pela Federação Portuguesa de Columbofilia;
- 3.º – Inscrições dos concursos, treinos, exposições, etc.;
- 4.º – Dádivas oficiais ou particulares;
- 5.º – Exploração da sala de jogos, bufete, quermesses, sorteios, etc.;
- 6.º – Subsídios não especificados.

## Art.º 57.º



As despesas compreenderão:

- 1.º – Despesas de expediente e outras de carácter permanente e normal, etc.;
- 2.º – Despesas relativas à organização de concursos de voo, treinos, exposições, etc.;
- 3.º – Instituição de prémios constantes do calendário e outros de carácter eventual;
- 4.º – Despesas extraordinárias que forem julgadas necessárias e sejam aprovadas pelo Conselho Fiscal.

## Capítulo XI Das Disposições Gerais

### Art.º 58.º

O ano social começa em 1 de Julho e termina em 30 de Junho do ano civil imediato. (c)

### Art.º 59.º

Para efeitos de votação dos Corpos Gerentes, organizar-se-á uma lista que contenha tantos nomes quantos forem os cargos de eleição.

### Art.º 60.º

Os presentes estatutos só poderão ser alterados ou reformados em Assembleia Geral convocada para esse fim, por meio de avisos directos aos sócios, devendo as deliberações ser tomadas com o voto favorável de  $\frac{3}{4}$  do número de sócios presentes. (d)

§ único – Para que qualquer alteração tenha existência legal tem que ser referendada pela Federação Portuguesa de Columbofilia, sob parecer da Associação Columbófila da sua região, e submetida à sanção do Ministério da Educação Nacional.

### Art.º 61.º

Para a distinção dos sócios haverá cartões de identidade de modelo único, fornecido pela Federação Portuguesa de Columbofilia, e emblemas que todos devem usar.

### Art.º 62.º

Quando um sócio deixe de pertencer à colectividade, mas ainda continue a possuir pombos-correio, a Direcção deverá comunicar, seguidamente, o facto à Federação Portuguesa de Columbofilia, por intermédio da Associação Columbófila regional respectiva, para que esse organismo dirigente possa providenciar no sentido de que esse sócio não fique numa situação ilegal.

§ único – A colectividade comunicará também se o sócio ficou em débito com qualquer encargo associativo, para se fazer constar à outra congénere onde esse sócio possa vir a inscrever-se.

#### Art.º 63.º

A colectividade, quando inscreva um novo sócio, procurará saber se ele esteve inscrito em qualquer outra congénere e, em caso afirmativo, averiguar a data da sua demissão, qual o motivo que lhe deu causa e se ficou em débito com qualquer encargo associativo.

§ único – Caso se verifique que o novo sócio ficou em débito, só pode ser admitido na colectividade onde se pretenda inscrever, depois de ter satisfeito a importância em dívida à congénere donde saiu. Essa importância será, seguidamente, enviada à colectividade credora.

#### Art.º 64.º

Esta colectividade terá duração ilimitada e só poderá ser dissolvida com o assentimento da Assembleia Geral, convocada para esse fim por avisos directos aos sócios, dado por deliberação de  $\frac{3}{4}$  da sua totalidade (e).

§ único – Depois de pagar as dívidas da colectividade, será o saldo existente posto à disposição da Associação Columbófila da sua região.

#### Art.º 65.º

A colectividade não se responsabiliza pelas opiniões expandidas ou sustentadas pelos sócios, quer em reuniões, quer em artigos de jornais.

#### Art.º 66.º

Os casos omissos nestes Estatutos serão, em última instância, regulados pela Federação Portuguesa de Columbofilia, pela Direcção Geral dos Desportos, Educação Física e Saúde Escolar, e pelas leis gerais do País.

Lisboa, 24 de Maio de 1950

(Assinatura e carimbo da colectividade)

(a), (d) e (e) alterações de harmonia com o novo Código Civil

(b) e (c) alterações por despacho publicado no Diário do Governo, II série, de 21/12/51.

O texto deste Estatuto corresponde inteiramente ao projecto elaborado pela Federação Portuguesa de Columbofilia que foi dactilografado em doze meias - folhas de papel selado e encontra-se arquivado na Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

A Federação Portuguesa de Columbofilia no intuito de remover as dificuldades que teriam muitas colectividades em fazer dactilografar em papel selado o texto deste Estatuto e ainda de o mandar imprimir para distribuição a todos os seus associados fez, junto das entidades oficiais, as necessárias diligências, tendo conseguido:

- que sua Excelência o Subsecretário de Estado das Finanças, por seu despacho de 29 de Abril de 1950, autorizasse que as colectividades interessadas pagassem o imposto de selo correspondente às 12 meias – folhas de papel selado que comportou o texto do Estatuto, apresentado em devido tempo para aprovação;
- que Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional por seu despacho de 24 de Maio de 1950, autorizasse a Federação Portuguesa de Columbofilia a mandar imprimir o número de exemplares do Estatuto julgado necessário, ficando assim as colectividades habilitadas a poderem, mais economicamente, distribui-los pelos seus associados.

Portanto, as Colectividades têm de cumprir a seguinte formalidade:

Num exemplar deste Estatuto, de futuro a adoptar obrigatoriamente pelas Colectividades, serão, por elas, coladas selos fiscais no valor de Esc. 60\$00, utilizados com a assinatura de um membro da Direcção em exercício, devidamente autenticada com o carimbo da Colectividade.

Este Estatuto assim selado fica substituindo o exemplar dactilografado que obrigatoriamente as Colectividades teriam de enviar para ser arquivado na Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.